

Plano de saúde será aplicado em 3 anos

Da Sucursal de
BRASILIA

O Ministério da Saúde informou ontem que coordenará os trabalhos de um grupo interministerial composto, também, por representantes dos Ministérios da Previdência Social, Interior e Secretaria do Planejamento com a finalidade de executar, até 1979, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste — PIASS, mediante implantação de estrutura básica de saúde pública nas cidades, vilas e povoados nordestinos de até 20 mil habitantes.

O programa foi aprovado sexta-feira pelo presidente Geisel, no Recife, e para sua implantação foram destinados recursos financeiros da ordem de quatro bilhões de cruzeiros provenientes do Ministério da Saúde (1,1 bilhão); Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS (1,2 bilhão); Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN (1 bilhão); e Programa de Integração Nacional — PIN e Polonordeste (700 milhões). Deste total, Cr\$750 milhões serão empregados este ano (Cr\$ 200 milhões do Ministério da Saúde; 300 milhões do FAS; 100 milhões do INAN; e 350 milhões do PIN e Polonordeste).

O PIASS foi elaborado por Técnicos do Ministério da Saúde e da Secretaria do Planejamento com o objetivo principal de interiorizar as ações da medicina, e não os médicos, levando às regiões do Nordeste, desassistidas de qualquer atividade preventiva de saúde, saneamento simplificado

(água e esgotos), alimentação, educação sanitária e imunização, e os meios indispensáveis para sua execução pela própria comunidade.

Segundo técnicos do Ministério da Saúde, o PIASS representa uma definição do governo em política de saúde, dando maior prioridade às ações de menor custo unitário, em benefício de um maior número de pessoas, por meio do desenvolvimento de programas preventivos de saúde, de tratamento ambulatorial, de suplementação alimentar e de saneamento básico.

Por outro lado, técnicos da Secretaria do Planejamento afirmam que "tudo realizado até hoje, em matéria de saúde pública, foi inadequado" e que os programas sempre foram influenciados por questões políticas, pois eram construídos enormes hospitais em localidades sem saneamento básico e quaisquer condições de sustentá-los. Eles consideram o PIASS uma grande esperança para minorar os problemas de saúde do nordestino, diminuindo as taxas de morbidade e mortalidade na região, atualmente as mais altas do País.

Explicaram, ainda, que o programa partirá para a formação de orientadores de saúde, que darão apoio aos programas comunitários, sem a necessidade permanente de médicos para a imunização, suplementação alimentar, educação sanitária e construção de fossas sanitárias.

Segundo os técnicos, o programa do Nordeste reforçada a filosofia do II PND, dando continuidade aos trabalhos realizados no

combate à esquistossomose, mal de Chagas, peste, desnutrição e outros males que afetam milhares de brasileiros, principalmente nas zonas rurais do Nordeste.

São as seguintes as diretrizes básicas do PIASS: utilizar pessoal de nível auxiliar para trabalhar no programa, da própria comunidade beneficiada; dar ênfase à prevenção das doenças transmissíveis, inclusive as de caráter endêmico; desenvolver ações de saúde caracterizadas por baixo custo e alta eficácia; disseminar unidades de saúde tipo minipostos, integradas ao sistema de saúde da região, apoiadas por unidades de maior porte, localizadas em núcleos populacionais estratégicos; integrar os órgãos públicos ao Sistema Nacional de Saúde; ampliar a participação da comunidade nos programas de ações preventivas de saúde; e substituir gradualmente as unidades itinerantes de saúde por serviços básicos de saúde de caráter permanente.

ESQUISTOSSOMOSE

O ministro da Saúde, Almeida Machado, instalará hoje seu gabinete na Paraíba, na cidade de Guarabira, onde permanecerá oito dias, implantando o programa especial de controle da esquistossomose naquele Estado.

Além da equipe ministerial acompanharão o ministro da Saúde o assessor especial da Organização Mundial da Saúde Luiz Rey, que trabalhou na campanha contra a esquistossomose na Tunísia; representantes da Secretaria da Saúde de São Paulo e do Ministério da Educação.